Situação atual da educação superior no Brasil

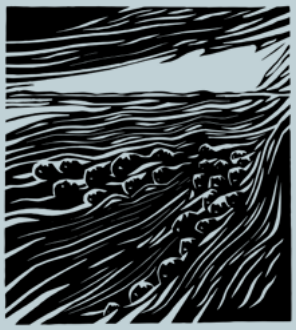
Paulo César Montagner

Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

9 de outubro, 2025.

Bom dia a todas as pessoas presentes neste encontro da União de Universidades da América Latina e do Caribe (UDUALC). É uma honra ser convidado a falar nesta oportunidade sobre a atual situação da educação superior brasileira.

Sou Paulo César Montagner, reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Inicio minha fala saudando o professor Jorge Calzoni, presidente da UDUALC e reitor da Universidad Nacional de Avellaneda, e o doutor Roberto Escalante, secretário geral da UDUALC, em nome dos quais cumprimento a todas as autoridades presentes. Um cumprimento especial também às reitoras e reitores com quem divido essa mesa: a profa. Zully Vera, reitora da Universidad Nacional de Asunción, Paraguai; a profa. Marisol Durán, reitora da Universidad Tecnológica Metropolitana de Chile; o professor Héctor Cancela, reitor da Universidad de la República, Uruguai; e o professor Franco Bartolacci, reitor da Universidad Nacional del Rosario.



Inicio meus comentários com uma breve caracterização do sistema de ensino superior brasileiro. O Brasil conta hoje com um enorme conjunto de instituições dedicadas à formação em nível superior: são 69 universidades federais, 43 universidades estaduais (categoria em que a UNICAMP se insere por ser universidade do estado de São Paulo) e 70 instituições municipais de ensino superior. Somam-se a essas mais de 2.200 instituições privadas.

Esses números significativos refletem o tamanho da população brasileira, hoje superior a 212 milhões de pessoas, dos quais 23% (ou 48,5 milhões) são jovens entre 15 e 29 anos.

Colegas latino-americanos certamente compreendem os enormes desafios que todos os nossos países atravessaram para constituir os seus sistemas de ensino superior. Estes, muitas vezes sub financiados e sujeitos a instabilidades, como é também comum no Brasil, ainda assim produzem feitos impressionantes. No Brasil, temos atualmente 10,2 milhões de estudantes matriculados em cursos superiores - destes, cerca de 20% em instituições públicas e o restante em instituições privadas de ensino superior.

Apoiada principalmente nas instituições públicas, a ciência brasileira tem contribuído, nos últimos cinco anos, entre 2,4% e 3% da produção científica global, segundo dados da editora Elsevier. Esses números colocam o Brasil, a 10ª economia do mundo, na 13ª posição do ranking global de produção científica. Esses resultados, de forma alguma desprezíveis, foram obtidos a partir de políticas públicas construídas ao longo de décadas, muitas vezes ameaçadas por crises, mudanças governamentais ou, mais recentemente, ataques à ciência e às instituições públicas.

Não obstante, nas últimas duas décadas vivemos uma notável expansão e diversificação do sistema universitário brasileiro: novos campi, novos cursos, programas de interiorização e políticas de promoção da diversidade, a inclusão e a permanência estudantil, transformaram o perfil das nossas instituições.

O acesso ao ensino superior deixou de ser privilégio de poucos para tornar-se um direito de muitos, embora ainda não de todos, graças a políticas públicas como o Prouni, o FIES e, de modo especial, a política de cotas, que alterou profundamente o perfil do corpo discente de nossas universidades. As universidades hoje começam a refletir mais adequadamente as características sociodemográficas de nosso país. Mais do que justiça social, a sinergia entre diferentes perspectivas e saberes dentro do ambiente universitário é potente motor de avanço do conhecimento, da inovação e da transformação social.

Mas a expansão do acesso e a interiorização do ensino superior trouxe também novos desafios estruturais. Persistem desigualdades regionais, diferenças de financiamento entre instituições e uma crescente assimetria entre o setor público e o privado, sobretudo em termos da oferta de vagas nos cursos de graduação.

A sustentabilidade da educação superior pública continua a ser um dos nossos maiores desafios. O financiamento das universidades federais e estaduais tem sido marcado por contingenciamentos, cortes e imprevisibilidades orçamentárias que fragilizam o planejamento institucional. No caso das universidades federais, por exemplo, o orçamento para investimentos em infraestrutura e material permanente caiu cerca de 80% desde 2014.

A autonomia universitária, garantida pela Constituição de 1988, muitas vezes é ameaçada pela escassez de recursos e pela dependência a decisões políticas de curto prazo.

É importante recordar que a universidade pública brasileira é responsável pela maior parte da pesquisa científica e tecnológica do país – cerca de 95% da produção nacional. Quando uma universidade deixa de investir, não é apenas um curso que se perde: é uma parte do futuro nacional que se interrompe.

Para além dos desafios associados às condições financeiras, as universidades se veêm forçadas a se posicionar contra ataques que têm como alvo a própria ciência.

Vivemos nos últimos anos uma crise global de confiança na ciência, alimentada por desinformação e discursos anticientíficos. O Brasil, infelizmente, não ficou imune a esse fenômeno.

As universidades, que sempre foram lugares de produção de novos conhecimentos, de reflexão e de crítica, passaram a ser sistematicamente atacadas. Sua legitimidade social tem sido questionada. Superar essa crise exige mais do que defesa institucional - exige reconexão com a sociedade. Nossa experiência durante a pandemia de covid19 mostrou a importância da ciência e das instituições públicas e privadas na construção de condições de resiliência e no enfrentamento de uma catástrofe que levou a vida de mais de 700 mil brasileiros e brasileiras.

É preciso aproximar o conhecimento científico das comunidades, das escolas, dos governos locais e dos movimentos sociais para garantir também a resiliência das próprias universidades, esses territórios vivos de cidadania, diálogo e transformação.

As parcerias internacionais são à sua vez fundamentais para construir instituições de ensino superior resilientes, viabilizadas por redes como a UDUALC. Essas parcerias devem ser pautadas pelas importantes competências científicas presentes em nossa região e devem apontar para respostas aos desafios compartilhados dentro de nossa região. Para a América Latina e o Caribe, e para o Brasil, a internacionalização deve ser solidária e emancipatória – pautada pela cooperação acadêmica, pela diplomacia científica e pelo fortalecimento das redes Sul-Sul.

A universidade brasileira tem muito a oferecer: sua experiência de inclusão, sua capacidade de resistência, sua criatividade institucional. Precisamos reafirmar nossa soberania intelectual participando dos grandes debates globais sem abrir mão de nossas especificidades culturais e sociais. Esse aí é também um grande desafio.

Nossa região tem muito a ensinar ao mundo. E nossas universidades têm um papel fundamental aí.

A universidade deve ser espaço de criação, mas também de cuidado; de rigor científico, mas também de escuta e acolhimento; de excelência, mas também de compromisso social; de conexão com a fronteira do conhecimento global, mas também como agente de transformação local com impacto sensível nos territórios em que atua.

Devemos formar profissionais competentes, mas, sobretudo, pessoas críticas, éticas e solidárias – capazes de compreender o mundo e transformá-lo. Como disse Darcy Ribeiro, "a crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto". Cabe a nós fazer da universidade um contra-projeto, o projeto da esperança, da inteligência e da reinvenção de nossa região.

Caras amigas, caros amigos. A conjuntura atual é desafiadora. Nossas universidades brasileiras, apesar de tantas dificuldades, continuam a cumprir sua fundamental missão civilizatória. Nossa tarefa envolve a construção de rotas para futuros melhores, para utopias viáveis.

A UDUALC é fórum privilegiado para pensarmos, juntos, nesses caminhos. Agradeço pela oportunidade de participar desse debate.

Recebam uma afetuosa saudação da UNICAMP.